

Brasil e o Mundo

Na II Guerra Mundial

Texto : Ives Gandra da Silva Martins*

Este artigo foi escrito em português do Brasil



General Mascarenhas Moraes (no centro) aquando da sua visita a Lisboa.

A entrada do Brasil no conflito de 1939-1945 deveu-se ao afundamento de navio brasileiro em nossos mares territoriais, no ano 1942, o que levou o Governo Federal a declarar guerra à Alemanha. Tínhamos mantido neutralidade até aquela data, visto que a ditadura Vargas, que abafara uma intentona comunista em 1935, não era inteiramente contrária ao regime nazista, à época combatendo a Rússia em suas terras.

É bem verdade que Getúlio oferecera a base aérea de Natal para trampolim dos aviões americanos, que assim atravessavam o Atlântico a fim de serem utilizados pelas forças aliadas.

Houve, inclusive, um movimento nas escolas nacionais de entrega de donativos para a compra de um “avião patrulha” para as costas brasileiras, o que me assegurou a função de orador da minha classe (tinha então 7 anos), por ter sido, entre os alunos, aquele que mais re-

ursos obtivera, em prol do Governo brasileiro.

É que meu pai, português de Braga, já vinha contribuindo com a “ordem do fole”, conseguindo, assim, recursos para RAF, “Royal Air Force” da Inglaterra, de tal maneira que me ajudou, apesar da pouca idade, na captação de recursos para o bem do Brasil.

Vivíamos, no país, um momento delicado. Getúlio Vargas, que, mediante um Golpe de Estado (1930), assumira o Governo, derrubando o presidente Washington Luis e não permitindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, pressionado pela Revolução Constitucionalista dos Paulistas, de 1932, outorgou uma Constituição democrática, em 1934. As eleições estavam previstas para 1937, mas Getúlio Vargas, em novo golpe, suspendeu as atividades do Congresso, tornou-se a suprema autoridade, com força, inclusive, de alterar decisões do Poder Judiciário e promulgou uma Constituição tão ditatorial, que foi chamada de “A Polaca”.

Seu autor, o grande jurista Francisco Campos, - denominado “Chico Ciência” - foi quem a redigiu e, naquela ocasião, alguém pronunciou a frase, que se tornou histórica: “Quando as luzes de inteligência de Francisco Campos acendem, provocam curto-circuito em todos os fusíveis da democracia”.

Embora sob pressão, Getúlio Vargas governou até ser deposto, em outubro de 1945. Era um ditador e não abominava nem o fascismo, nem o nacional-socialismo.

Ocorre que, nos últimos anos, a pressão do povo era grande. Chegou a proibir que as cores das bandeiras dos Estados fossem hasteadas nas repartições públicas.

Lembro-me do episódio paradigmático de rejeição ao ditador, na inauguração do Estádio do Pacaembu (1940). Um pequeno clube, que desde a sua refundação (1935) nunca fora campeão e que só mantinha a modalidade futebol (São Paulo Futebol Clube) foi um dos últimos a entrar no desfile para inauguração do Majestoso Estádio, com a presença do ditador. Quando as cores da bandeira paulista apareceram no uniforme dos atletas, a multidão prorrompeu em aplausos que não pararam até o grupo perfilar na posição que lhe fora determinada no gramado do Estádio. Tudo como forma de demonstrarem, os paulistas, o descontentamento com o ditador, que apenas observou: “certamente, este é o clube mais querido da cidade”. Percebeu, entretanto, que o povo já não o aceitava.

Pela pressão popular, entretanto, foi obrigado a entrar na guerra, mas só enviou tropas para a Itália em 1944.

Ao enviar nossos soldados, vingou-se dos estudantes de Direito da Universidade de São Paulo, que se tinham rebelado contra o regime ditatorial em 1943, no Largo de São Francisco, alguns tendo sido mortos na repressão pelo Governo.

Os únicos universitários do Brasil enviados para a luta na Itália foram os da Faculdade de Direito da USP, todos do último ano, com o que perderam um ano de Faculdade. Entre eles estava meu confrade em diversas Academias, jurista e poeta, Introdutor do Movimento literário no Brasil intitulado “Geração de 45” (Geraldo de Camargo Vidigal) e acadêmico correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, em Lisboa, cujo Presidente de honra e seu fundador é o Prof. Adriano Moreira.

De qualquer forma, apesar das reticências do ditador Getúlio Vargas, o povo brasileiro impôs o envio de tropas à Itália que, sob o comando de General Mascarenhas de Moraes, houve-se muito bem em inúmeras batalhas, principalmente na de Monte Castelo.

Nesta batalha, ocorreu um episódio marcante: a decisiva atuação do maior geopolítico da história brasileira General Carlos Meira Mattos. Capitão a época, substituiu o capitão anterior, que, à frente de um batalhão, recuara, no dia anterior, tendo os demais Comandantes do nosso exército considerado que o fizera, por falta de coragem e competência.

Com indiscutível liderança, Carlos Meira Mattos assumiu o novo comando e, depois de uma conversa com os soldados, em nova tentativa conseguiu entrar na fortaleza nazista e tomá-la, no dia seguinte.

Aberto o processo contra o Capitão que sucedeu, foi Meira Mattos sua principal testemunha. No seu depoimento disse que, se a tropa não tivesse sido bem treinada pelo Comando anterior, jamais, em um único dia, ele teria conseguido obter a vitória que obteve. E declarou que, certamente, o recuo deveria ter sido por questão de prudência, de oportunidade e de logística, para permitir novo assalto.

O seu depoimento a favor do Capitão anterior foi decisivo para sua absolvição.

O certo é que a participação do Brasil na guerra foi importante, tendo nossas tropas recebido elogios especiais do Comandante em Chefe das forças aliadas da área, o General americano, Marc Clark, assim como, posteriormente, do Governo Americano. A entrada na guerra foi, contudo, uma exigência do povo brasileiro junto a um Governo que, até o afundamento do navio brasileiro em nossas costas, estava reticente e indeciso em tomar partido no grande conflito mundial.

A estas reminiscências acrescento breves considerações, em que analiso os fundamentos das Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A Primeira Guerra Mundial

O ambiente de tranquilidade e predomínio europeu dos primeiros anos do século XX terminou com o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro e o início da Primeira Guerra Mundial.

Não foi uma guerra de defesa de princípios, como ocorreu durante as guerras das cruzadas, em que os ideais superavam os interesses.

Foi uma guerra que buscou definir a força dos diversos interlocutores, no predomínio europeu.

Alemanha e Itália, unificadas no século anterior, se fortaleceram e França e Inglaterra se uniram para enfrentar o crescente poderio alemão,

guardando, os franceses, tanto a lembrança da humilhante derrota na guerra de 1870, em que capitularam perante a melhor organização militar alemã, quanto a nostalgia dos saudosos tempos em que as táticas militares de Napoleão dominavam os melhores exércitos de seus adversários.

É de se lembrar que Napoleão apenas perdeu a batalha de Waterloo – que já tinha ganho, encurralando Wellington contra morros, sem possibilidade de retirada – porque o General Grouchy, que deveria perseguir as tropas germânicas derrotadas



Batalha de Monte Castelo (nov. 44 a fev. 45) onde o Exército Brasileiro sofreu 412 baixas.

em Ligny, perdeu seu rastro, permitindo que Blücher, seu comandante, chegasse a Waterloo, no fim do dia, e atacasse o vitorioso Napoleão pela retaguarda, o qual ficou sem condições de defender-se. Não foi Wellington, mas Blücher quem ganhou Waterloo e decretou a derrota definitiva de Napoleão.

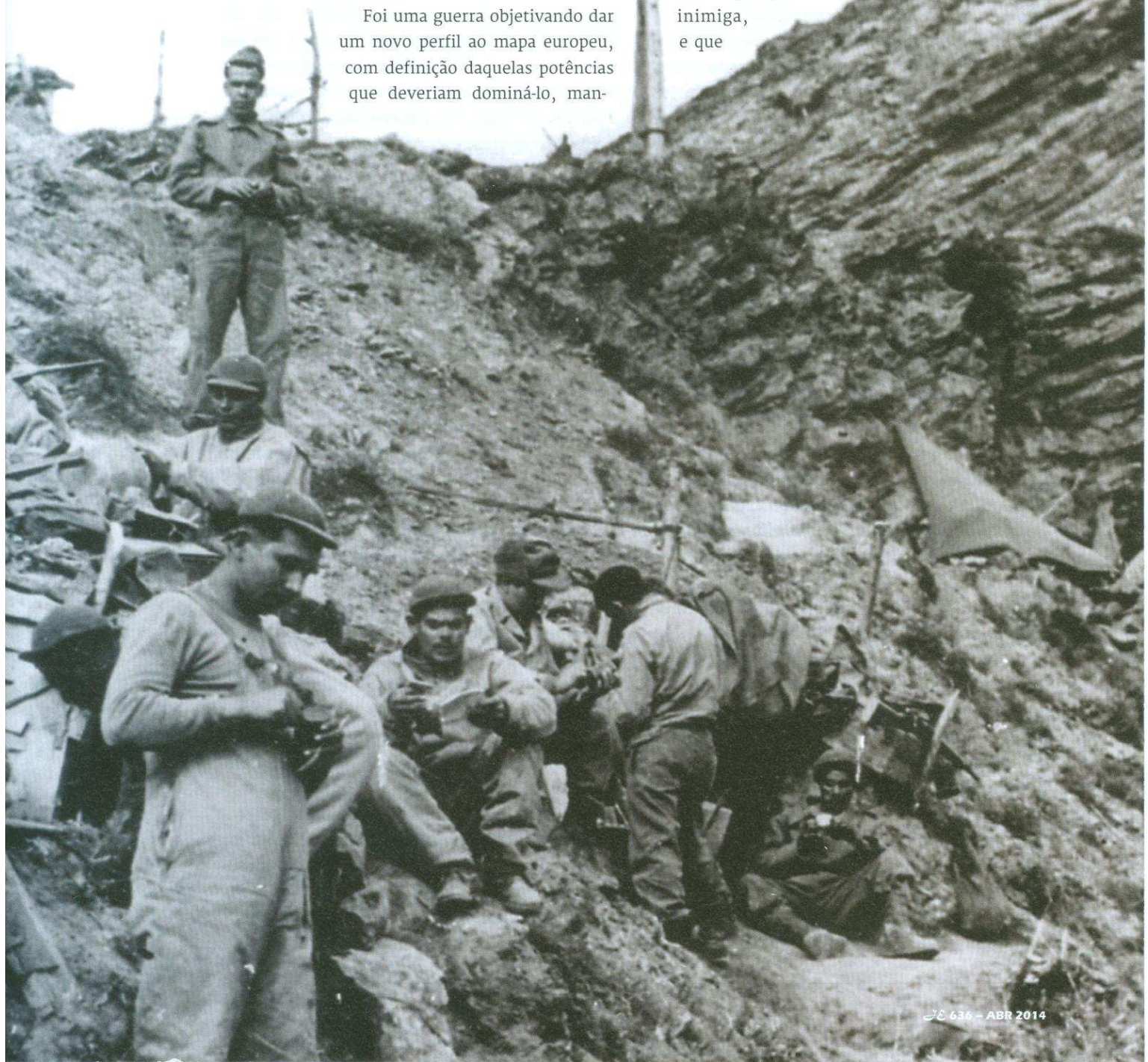
Os franceses, portanto, ao enfrentarem a tentativa de hegemonia alemã pretendida por Bismarck, procuraram dar o troco de duas derrotas anteriores, enquanto os ingleses, decididamente, não viam com bons olhos o crescimento do poderio alemão.

Foi uma guerra objetivando dar um novo perfil ao mapa europeu, com definição daquelas potências que deveriam dominá-lo, man-

tendo seus controles além das fronteiras do continente.

A Primeira Guerra Mundial é exclusivamente uma guerra de interesses econômicos e políticos para conformar a nova Europa e atalhar o crescimento da influência alemã, que começava a preocupar, inclusive aos Estados Unidos, que acabaram por entrar no conflito europeu.

Foi uma guerra de trincheiras, em que a mortalidade da soldadesca era brutal, sempre que se pretendia conquistar uma posição inimiga, e que



foi decidida, quando parecia que deveria se prolongar indefinidamente, na 1ª batalha do Marne no verão de 1914. Nela, o general Foch conseguiu que todos os veículos disponíveis de Paris fossem utilizados para levar homens, armas e instrumentos para a frente de batalha, dando-lhe força suficiente para que derrotasse os alemães de forma tão contundente, que foram obrigados à rendição.

A preocupação de Clemenceau e Wilson de que novos conflitos desta natureza pudessem surgir, após a derrota alemã, levou-os a defender a criação de uma Sociedade das Nações, para assegurar o predomínio dos vencedores, mas com a participação de todos os países, sob sua tutela.

Wilson, que deu origem a criação do próprio organismo e foi seu grande defensor, não conseguiu fazer, todavia, com o que os Estados Unidos aderissem a uma supervisão internacional, o que decretou o fracasso da instituição, incapaz de se opor a um segundo conflito mundial.

A Primeira Guerra Mundial estabeleceu um novo conceito de forças, na Europa, mas a presença americana demonstrou que o predomínio europeu começava a ceder terreno à nova potência mundial, geograficamente longe dos conflitos europeus, mas política e economicamente mais forte que as nações do velho continente. Por essa razão, a história do século XX começou a ser definida como a do predomínio americano.

A grande contradição desta nova realidade residiu no fato de que a filosofia que aparentemente determinara o fracasso da sociedade das nações, isto é, o isolacionismo dos Estados Unidos, apenas serviu para não permitir o fortalecimento de uma entidade em que a força maior seria européia, mas não afetou o sonho expansionista econômico dos Estados Unidos, já à altura a maior potência econômica do mundo.

A Primeira Guerra Mundial deu início à derrocada dos grandes impérios. As colônias francesas e britânicas mostravam-se de mais difícil controle. A Índia principiava seu movimento de libertação, que só ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, e a China saía completamente do controle ocidental, passando à gradativa influência japonesa, que, de um país obsoleto do início do século XIX, começava a surgir como potência de respeito.

Destruíu, por outro lado, o maior império europeu, com o desmembramento da nação austro-húngara, e não impediu o surgimento do comu-

nismo na Rússia, ainda durante o conflito, em outubro de 1917, trazendo, pela primeira vez, na Europa, concepção econômica e política que se conhecia apenas em livros ou em movimentos frustrados, como a intentona de Paris, de 1848.

As consequências da Primeira Grande Guerra, embora tenham permitido o redesenho do mapa europeu, transcenderam a mera luta de predomínio, a que o continente se acostumara, no curso de toda a sua história, principalmente após a queda do império romano. Mas gerou um novo período de relações internacionais em todos os campos, como a certeza de que o colonialismo estava chegando ao fim e de que o homem seria cada vez de mais difícil manipulação pelas nações, por sua percepção dos direitos que lhe são inerentes e que cabe ao Estado apenas reconhecer. A grande contradição, portanto, foi a guerra ter sido feita para consolidar predomínios e ter servido para começar a derrocada do predomínio europeu.

As Crises Econômicas

A derrota da Alemanha e o pesado ônus que lhe foi imposto, como dívida de guerra, num período de consolidação das novas fronteiras européias, coincidiu com uma expansão econômica americana considerável e a sensação de que as crises cíclicas econômicas a que Marshall, no passado, fez menção, ficariam definitivamente esquecidas.

A economia americana se expandiu, à luz de um sólido controle do sistema financeiro, que provocara, na década de 10 a 20, uma reorganização da banca estadunidense, com o desaparecimento de inúmeros estabelecimentos inconsistentes e uma expansão inédita do mercado de capitais, considerado a “nova eldorado” dos investimentos, para o cidadão comum.

Por outro lado, apesar das leis Sherman e Clayton, o controle sobre o abuso do poder econômico era ainda precário e o denominado direito do consumidor, que ganhou consistência considerável a partir da Segunda Guerra Mundial, praticamente inexistia.

O quadrilátero em que uma economia se desenvolve são: 1) sistema financeiro capaz de alavancar o desenvolvimento, dentro de uma política monetária e cambial voltada ao controle da inflação e das contas externas; 2) sólido mercado de capitais, com controle dos fluxos de investimentos e a fisca-

lização sobre empreendimentos sem condições de ingressar na estrutura do setor; 3) legislação com condições de controlar as distorções da competitividade, punindo o abuso do poder econômico e, na outra ponta, 4) legislação capaz de proteger o consumidor contra os excessos dos que controlam o capital. Estas são as 4 estacas em que se alicerça o desenvolvimento, pois possibilitam a atração de capitais menos especulativos e mais destinados a investimentos de médio e longo prazos.

Os quatro elementos estavam desbalanceados, nos Estados Unidos, a partir do início da década de 20, de tal maneira que o mercado de capitais, no final dela, recebeu uma crescente onda de investimentos, com a valorização brutal de títulos sem consistência, pela escassez de oferta e excesso de demanda, provocando o “crash” de 1929, sem uma intervenção adequada do Governo americano, que não criara os mecanismos para impedir o desastre.

É interessante notar que, nesse período, eram lançados, no mercado americano, títulos de empreendimentos inexistentes, sem que “Wall Street” averiguasse a solidez daqueles papéis. Por essa razão, quando a verdade começou a surgir e todos desejaram realizar seus lucros num mesmo momento, a queda impressionante do valor dos papéis mergulhou os Estados Unidos na grande depressão.

À época, não havia suficiente “tecnologia” de mercado. É de se lembrar que, nas décadas de 80 e 90, houve pressão especulativa sobre os mercados de capitais do mundo inteiro, inclusive com crises sucessivas, a partir de 94. Mas as estruturas, as técnicas, os mecanismos para enfrentar as grandes variações tinham sido bastante aperfeiçoados, de tal maneira que, apesar dos choques, o mercado se recompôs sempre, sem grandes traumas.

O mesmo está ocorrendo com a crise desencadeada nos EUA e Europa, desde 2008, o que mostramos em nosso livro “Crise financeira internacional” (Fernando Alexandre, Ives Gandra Martins, João Sousa Andrade, Paulo Rabello de Castro e Pedro Bação, impresso pela Universidade de Coimbra, Setembro de 2009, Portugal).

Na depressão americana, há de se considerar que o Sistema de Reserva Federal não abriu mão do controle da moeda e permitiu que aproximadamente 3.000 instituições estourassem, sem admitir que a solução americana passasse

por um afrouxamento da política monetária.

Muitos analistas consideram que tal rígida política do Banco Central americano foi responsável pelo aprofundamento do período de depressão, do qual os Estados Unidos apenas saíram com a Segunda Guerra Mundial, nem mesmo as teorias Keynesianas, expostas ao Presidente Roosevelt em 1933, tendo sido vitoriosas, no período de 1933 a 1939, já com a aplicação do “New Deal”.

O mundo inteiro sofreu o impacto da crise americana, não só os países emergentes – a crise do café de 29, no Brasil, foi decorrência da crise americana – como os países desenvolvidos. A Alemanha ficou em situação dramática, pois, vivendo a recessão desde a Primeira Guerra Mundial e a aplicação de uma rígida política anti-inflação, geradora de recessão e desemprego, tornou-se terreno fértil para o aparecimento de “salvadores da pátria”, no caso, o carismático Hitler, que prometeu aos alemães desesperançados uma Alemanha vencedora e dominadora.

Na década de 30, portanto, as crises econômicas vividas pelo mundo e especialmente pelos Estados Unidos e o desespero da economia alemã fragilizada, propiciaram o aparecimento de duas ditaduras que investiram na recuperação do orgulho nacional de seu país e de sua economia. Hitler e Mussolini, aproveitando-se de uma certa mediocridade das lideranças mundiais, em enfrentar crises econômicas – e algumas políticas –, conformaram um novo sistema de forças, que acabou por desembocar na Segunda Grande Guerra.

E a contradição maior foi que, ao contrário de Hitler, as nações não queriam a guerra. Mas deveu-se a Hitler e ao pleno emprego nos Estados Unidos por força da guerra, a consolidação da economia americana, como se verá a seguir.

A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi uma consequência dos erros da política econômica dos países vencedores da Primeira Guerra para com a Alemanha, exigindo o cumprimento de uma dívida de guerra, que esgotou todo o esforço germânico de recuperação, gerando as crises da hiperinflação e da recessão após a implantação do Marco forte (15/11/1923), até o início da carreira política de Hitler. Acresceu-se uma divisão insatisfatória dos despojos da Primeira Guerra, com a permanência

de restrições entre as nações vencedoras, sobre ter havido a falência da Sociedade das Nações e a depressão americana, que abalou a economia de todo o mundo.

O surgimento carismático de Hitler oferecendo aos alemães a oportunidade de recuperar seu orgulho nacional, pela reestruturação da economia e dominação do mundo, foi o estopim, que a frágil política aliada não entendeu como sinalização perigosa para o Ocidente, ao ponto de fazer vistas grossas ao início da perseguição judaica, ainda nos meados da década de 30.

A incompetência de Chamberlain, de Laval e dos demais líderes franceses, por outro lado - quando ficou claro que Hitler objetivava conquistar a Europa, assinando um pacto que entregava a Tchecoslováquia para saciar a ambição pantagruelica do Fuhrer de anexar outros países -, terminou resultando na invasão da Polônia, após acordo de interesses entre Rússia e Alemanha. Acresce-se que a má preparação dos aliados para enfrentar, na guerra então declarada, a intelectualidade militar alemã, superior à dos franceses e ingleses, decretou o destino do velho continente.

A monumental linha "Maginot" não representou qualquer obstáculo ao avanço alemão, que, conquistando a Bélgica, contornou a defesa imóvel dos franceses, sem qualquer dificuldade. Só não obteve uma vitória esmagadora, em Dunquerque, porque os sucessos da Wehrmacht geraram inveja na Luftwaffe, pretendendo Goering liquidar os aliados ilhados numa praia sem saída, com sua aviação.

Tal erro estratégico permitiu a heróica retirada e a recuperação parcial do orgulho inglês, desfigurado nos primeiros combates, embora os franceses permanecessem humilhados, pela tomada do país e a criação da República de Vichy, com o Marechal Pétain dirigindo a França, em nome dos alemães.

Raymond Cartier, historiador francês da Segunda Guerra, declarou que a inferioridade dos aliados não estava em seu material bélico, idêntico ao dos alemães, no número de unidades e no potencial agressivo, mas na "cabeça" de seus generais.

O domínio alemão na França, a batalha da Inglaterra, a pirataria dos submarinos germânicos, que destruíram os comboios aliados para que a Inglaterra não recebesse suprimentos de suas colônias, a correta substituição do fraco Chamberlain pelo combativo Churchill, a destruição da poderoso

sa frota americana, em Pearl Harbour, e a entrada dos americanos na guerra contra o Japão e contra a Alemanha - que se precipitou em formalizar declaração contra os Estados Unidos, para obter o apoio japonês - foram ingredientes que conformaram os 3 primeiros anos da 2ª conflagração mundial.

Dois eventos, todavia, liquidaram as pretensões do III Reich. Hitler cometeu o mesmo erro de Napoleão, ao tentar invadir a Rússia, apesar de ter sido atrapalhado pelos italianos, em sua infeliz campanha na Grécia. Tal fato retardou a invasão da Rússia e fez com que o General Van Guderian chegasse a 22 quilômetros de Moscou, em pleno inverno, sendo obrigado a começar a retirada por falta de logística. A estratégia alemã revelou-se inútil e a reação russa irreversível, pois a liquidação de sua população nos avanços germânicos - os russos perderam mais vidas, na invasão alemã, que os judeus, nos campos de concentração - gerou um desejo de vingança incapaz de permitir uma paz negociada. O ódio russo esgotou o exército da Alemanha e mostrou que o país não estava preparado para enfrentar duas frentes (a Ocidental, a partir da África) e a Oriental.

O segundo evento foi a batalha de Midway, em que a perda de 3 porta-aviões japoneses encerrou sua capacidade de expandir o domínio pela Ásia e deu o fôlego necessário aos Estados Unidos para começarem a recuperação dos povos dominados pelos japoneses.

A partir de 1943, o destino do III Reich e do Japão estava definido, restando apenas determinar o momento de sua queda, que nem as bombas voadoras, a busca desesperada de Hitler por artefatos nucleares e o heróico desempenho das forças japonesas, nos combates contra os americanos, puderam impedir.

A derrota do III Reich e do Japão foi selada em 1945, com a rendição incondicional da Alemanha e com uma rendição mais honrosa do Japão, após perceber a impossibilidade de enfrentar as bombas atômicas aliadas.

O aspecto interessante da capitulação japonesa é que Mac Arthur compreendeu a importância de não humilhar o adversário, preservando a autoridade simbólica do Imperador e outorgando ao Japão uma Constituição tão maleável, que, no ano 2014, ainda está em vigor.

A grande diferença da Segunda Guerra Mundial em relação à Primeira é que, embora as duas





tenham representado choques de interesses e busca de domínios, a primeira teve apenas este escopo, enquanto a segunda converteu-se, em um determinado momento, na luta entre os ideais da liberdade e da democracia contra aqueles da ditadura (nacional socialismo e fascismo), os valores passando a representar elemento relevante, no choque entre os governos em conflito.

É interessante que esta luta pela liberdade, no final da Segunda Guerra Mundial, era o elemento matriz do conflito, ao ponto de Truman, vitorioso, ter pretendido estender a maneira de ser dos americanos para todo o mundo, estimulado pelo sucesso de seu povo.

Certa vez, estive com o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal (1964), Oliveira Salazar, que me contava ter dito a Truman, em 1946, que tal objetivo era impossível de ser alcançado, pois, nem os americanos tinham recursos para impor seu estilo ao mundo inteiro, nem os países beneficiados (Plano Marshall) reconheceriam deverem sua recuperação aos americanos.

E concluiu, com aquele sorriso radiográfico,

que o caracterizava: “Vê-se, hoje, professor, que eu tinha razão, e não ele”.

O certo é que os ideais de liberdade e de democracia foram a grande inspiração das forças aliadas, a partir da metade da Segunda Guerra Mundial, ao ponto de influenciarem as artes, a literatura e até a filosofia.

No Brasil, a Geração de 45, que dá início a um novo movimento literário e cultural, alicerça-se nos ideais de liberdade para resgatar a forma clássica e inúmeros valores na produção artística. Entre seus fundadores estão João Cabral de Melo Neto, Mário de Andrade, Geraldo Vidigal, Domingos Carvalho da Silva, Péricles Eugênio etc.

A grande ironia é que o III Reich, preparado para durar 1.000 anos, durou apenas 12 (1933-1945).

* Professor Emérito das Universidades Mackenzie, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército Superior de Guerra (Brasil); Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Perú) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal).